

I. Os desafios da manutenção da paz e da reconstrução total

Após pelo menos quatro décadas de guerra, Angola parece, finalmente, estar a ensaiar os primeiros passos no sentido de uma paz duradoura. No entanto, o esforço de reconstrução que se impõe enfrenta, desde o início, condições particularmente desfavoráveis: o país emerge da guerra numa conjuntura internacional em que os seus principais parceiros comerciais estão a braços com outras prioridades¹. Os EUA, após 11 de Setembro, têm estado a reorientar os seus recursos políticos e financeiros para a «guerra ao terrorismo», enquanto a UE tende a virar-se para si própria e a repensar os seus compromissos externos, em face de um crescente apelo dos seus eleitorados para o redireccionamento de políticas e recursos financeiros estratégicos no sentido da solução prioritária de problemas sociais domésticos decorrentes, de acordo com alguns sectores, do «insuportável» afluxo de imigrantes aos seus países².

É, portanto, necessário equacionar desde já estratégias político-económicas coerentes que permitam a reconstrução e o posterior desenvolvimento auto-sustentado do país – o que se afigura também como condição imprescindível para se evitar o retorno à guerra generalizada ou à perpetuação de focos de instabilidade militar e social no interior do país³.

A par do esforço de reconstrução pós-guerra, dois dos principais vectores da política económica do Governo angolano prendem-se, respectivamente, com a implementação de medidas de ajustamento estrutural macroeconómico segundo directivas do FMI e com a sua plena integração económica na SADC (South African Development Community)⁴. O primeiro vector incorpora essencialmente medidas que visam restabelecer os equilíbrios financeiros internos e externos⁵, o que desde logo coloca problemas de conflituosidade entre os objectivos de política, já que tais medidas não são neutras em relação às possibilidades concretas de implementação do segundo vector, a integração económica regional. O ajustamento macroeconómico exige do Governo uma concentração em objectivos de curto prazo⁶, usando instrumentos essencialmente de alcance nacional, tais como as políticas monetária e fiscal. Adicionalmente, a

contracção das despesas públicas a que o ajustamento estrutural obriga leva a uma significativa redução da disponibilidade para contribuições aos orçamentos das organizações regionais.

Portanto, os objectivos da reestruturação doméstica não são necessariamente facilitadores da integração económica regional, que é por excelência um domínio de actuação a muito longo prazo e cujos progressos dependem sobretudo das vertentes não orçamentais da política económica⁷. Não sendo facilitadores, eles não são, contudo, impeditivos: tudo depende do grau de coordenação das políticas económicas ao nível regional. Angola encontra-se, assim, confrontada com enormes desafios em termos de escolha das estratégias económicas e políticas mais adequadas para levar a bom termo o seu processo de pacificação e reconstrução.

Por um lado, terá de encontrar mecanismos e recursos que lhe permitam suportar os custos da reestruturação no curto a médio prazo⁸. A principal questão será: como conciliar a contenção das despesas públicas com a factura da reconstrução infra-estrutural e da reinserção social, num cenário de escassos influxos financeiros internacionais⁹? Qualquer resposta de carácter endógeno e auto-sustentável a esta questão terá de passar necessariamente por uma maior transparência e racionalização dos rendimentos provenientes dos recursos nacionais mais rentáveis, o petróleo e os diamantes¹⁰, que até recentemente serviram não só para o financiamento da guerra, mas para a criação de todos os sintomas de «Dutch Disease»¹¹ na economia nacional.

É imprescindível, por isso, que se criem plataformas político-institucionais¹² que facilitem a negociação da redistribuição dos custos e potenciais benefícios da reestruturação económica por forma a minimizar, idealmente eliminar, as gritantes disparidades económicas e regionais existentes, bem como as tensões étnicas e raciais, que a guerra agudizou e que correm o risco de se sedimentar a níveis manifestamente sem precedentes na história angolana. Para tal, é urgente o reforço dos mecanismos de escrutínio social sobre as acções governativas, através de uma sociedade civil robusta,

construtiva e reivindicativa¹³ e de uma imprensa livre, responsável e atenta¹⁴.

Por outro lado, Angola terá de reequacionar os objectivos estratégicos do seu envolvimento na SADC, por forma a aproveitar sinergias entre a sua reestruturação interna e o profundo processo de reestruturação económica em curso na região e pô-las ao serviço do seu esforço de reconstrução nacional. Urge, portanto, identificar os potenciais benefícios de uma maior integração na economia regional.

II. A cooperação e integração económica regional

O fim da Guerra Fria, longe de constituir *o fim da história* predito por Fukuyama, abriu uma nova página da história, uma fase transicional no processo de mudança económica cujo desfecho se tornou mais difícil de prever com os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 nos EUA.

Com efeito, as tendências de longo prazo das relações económicas internacionais demonstram que nas últimas décadas se tem verificado a consolidação de um padrão de comércio e investimento a nível mundial, de acordo com o qual os países industrializados mantêm primordialmente relações de troca entre si. Essas tendências verificam-se no contexto de um reordenamento económico internacional onde se assiste a um recrudescimento do regionalismo a nível global, com a América do Norte, uma União Europeia em expansão para o Leste, o Japão e a região do Pacífico constituindo os blocos centrais. O mundo encontra-se, assim, face a um processo de regionalização que cada vez mais exige a rigorosa delimitação das margens do multilateralismo possível¹⁵. Quaisquer que sejam essas margens, a realidade é incontornável: em face de uma crescente polarização económica a nível internacional, os países africanos têm sido cada vez mais votados para as margens do controverso processo de globalização¹⁶, o que constitui um poderoso argumento a favor da sua integração em organizações económicas regionais.

Desde a segunda metade dos anos 90, com a abolição do *apartheid* e a acessão da África do Sul à organização, a SADC tem procedido a uma ampla reestruturação institucional e programática com vista à criação de uma área de comércio livre até ao ano 2008, que levou já à ratificação de cerca de 20 protocolos entre os países da região. Alguns dos seus programas correntes mais importantes incluem a harmonização de procedimentos alfandegários, a eliminação gradual de tarifas aduaneiras e de barreiras técnicas ao comércio (WTO-TBT/SPS/SQAM), a verificação e certificação de regulamentos de origem, a viabilização de infra-estruturas e corredores de tráfego regional, o estabelecimento de regulamentos administrativos, sistemas fiscais e códigos de investimento comuns, a gestão partilhada dos recursos hidráulicos e ambientais e a coordenação de políticas e recursos económicos conducentes à eliminação da pobreza na região.

Uma das razões frequentemente apontadas para o fracasso nuns casos, e a ineficácia noutros, das experiências de integração em África tem sido a falta de complementaridade entre a maioria das suas economias, resultado de um processo histórico-político de especialização na exportação de produtos primários para as antigas potências colonizadoras, em troca de produtos manufacturados e de capital. Este padrão de especialização levou a que os principais sectores produtivos se tornassem competitivos entre si, quer em termos de preços nos mercados internacionais, quer em termos da sua composição factorial. Adicionalmente, um dos efeitos secundários dos programas de ajustamento estrutural, aplicados generalizadamente em África durante as últimas duas décadas, foi a redução da amplitude das margens de preferência regionais, encorajando o desenvolvimento do comércio fora da zona em detrimento das trocas regionais¹⁷.

No quadro de uma análise estática, as economias africanas tendem, portanto, a apresentar margens muito limitadas para o fomento de trocas comerciais entre si. No entanto, a SADC constitui uma excepção a esta regra, apresentando-se como um projecto de integração regional natural e economicamente viável, capaz de gerar as dinâmicas necessárias à alteração das estruturas económicas e dos padrões de comércio existentes, através da maximização de economias de escala, do incremento das

margens de diversificação produtiva e do aumento de rendimentos sectoriais e nacionais¹⁸.

Com efeito, a África Austral não só possui a base de recursos naturais, factores produtivos e rede infra-estrutural mais diversificada do continente, como a sua história económica é marcada por uma crescente integração dos mercados laboral, de capital e monetário, particularmente no quadro da SACU (Southern Africa Customs Union) e de outros acordos preferenciais bilaterais¹⁹. Essa base é reforçada pela existência de laços culturais e interétnicos que se estendem para além das fronteiras coloniais e pelo capital de experiência de mais de 20 anos de uma organização geralmente tida como protagonista da única experiência de cooperação regional bem sucedida na África Subsariana²⁰ e com bons precedentes no que toca à atracção de recursos²¹ e à minimização de custos de transacção, negociais e de coordenação²².

No entanto, devido às interacções entre os mercados de bens e de factores, a histórica mobilidade de capital e trabalho sem uma liberalização do comércio não conduz automaticamente a uma melhoria do bem-estar colectivo²³. Assim, o aprofundamento da integração económica regional apresenta-se como um imperativo, tendo em vista a necessidade de fortalecimento da capacidade de envolvimento competitivo da região no mercado global.

O maior desafio que a SADC enfrenta será como evitar os efeitos polarizadores e conseqüente distribuição desigual de ganhos e perdas que a integração entre economias tão díspares como as existentes na região poderá provocar. Uma condição necessária para a concretização dos ganhos teóricos da integração é que os parceiros sejam similares ou que se formulem mecanismos de compensação eficientes e equitativos dos ganhadores para os perdedores²⁴. Dois tipos de mecanismos podem ser concebidos: i) compensação fiscal baseada no custo do desvio de comércio, devido à perda real de rendimento derivada da mudança para fontes de importações mais caras; ii) compensação financeira baseada no custo da criação de comércio, resultante da possível perda de actividade industrial,

devido a uma possível migração de empresas para os países mais desenvolvidos da região²⁵.

Coloca-se a Angola a questão de como poderá usufruir das potencialidades da SADC e o que, em troca, poderá oferecer. Com uma extensão territorial e uma dotação em recursos naturais superiores aos da África do Sul, Angola apresenta-se como o país potencialmente mais rico da região. Com os seus portos marítimos e, especialmente, as vias férreas ligando a costa atlântica às zonas mineiras da Zâmbia e da República Democrática do Congo, poderá propiciar acesso ao exterior aos produtos de exportação dos países do interior. No entanto, a guerra reduziu o volume de exportações através dos seus portos de 15,9 milhões de toneladas em 1973 para 94 mil toneladas em 1994 e o de importações de dois milhões de toneladas em 1973 para 1,2 milhões em 1994, e limitou o caminho de ferro de Benguela, com uma extensão total de 1,340 km, a um troço operativo de apenas 50 km²⁶. Neste quadro, dir-se-ia que, apesar do seu enorme potencial estratégico, Angola tem pouco a oferecer inicialmente à economia regional.

Ao mesmo tempo, o país pouco tem a perder com a integração, dado que o seu limitado volume de importações originadas na região não lhe confere grandes ganhos em termos de rendimentos tarifários, não estando por isso confrontado com as restrições orçamentais que, como resultado da liberalização, se colocam à maioria dos outros países membros e que têm constituído o maior bloco obstrutivo nas negociações do Protocolo de Comércio da SADC. Adicionalmente, o potencial receio de possíveis migrações industriais será marginal, dado o estado em que se encontra o parque industrial nacional, sendo mais provável que as novas condições de paz atraiam empresários regionais interessados nos baixos custos de mão-de-obra²⁷.

Dados os actuais padrões e direcção do comércio externo angolano, haverá provavelmente custos associados a um possível desvio de comércio. No entanto, são precisamente esses potenciais custos de ajustamento que aconselham ao maior envolvimento do país nas estruturas da SADC e, em particular, à adesão ao seu Protocolo de Comércio²⁸, por forma a aceder às

plataformas institucionais onde se negoceiam quer os mecanismos de compensação, quer os estágios de faseamento da eliminação de tarifas aduaneiras e de protecção às indústrias nascentes ou de interesse estratégico nacional²⁹, quer ainda os desafios a enfrentar e oportunidades a aproveitar de acordos preferenciais concorrenciais entre países membros e parceiros fora da zona, como, por exemplo, a área de comércio livre África do Sul-União Europeia, ou a concertação de estratégias negociais com outros agrupamentos regionais, tais como a SACU e o COMESA (Common Market for Eastern and Southern Africa) e, não menos importante, a partilha dos recursos financeiros e técnicos internacionais postos à disposição da SADC e que são cruciais para a reconstrução do pós-guerra³⁰. Finalmente, por forma a garantir a futura estabilidade do país, importa utilizar ao máximo os mecanismos negociais regionais, incluindo o Órgão de Defesa e Segurança da SADC, para a obtenção da pacificação definitiva da República Democrática do Congo e da região alargada dos Grandes Lagos e a prevenção do risco de futuros conflitos regionais³¹.

Em conclusão, espera-se que os filhos sobreviventes da martirizada pátria angolana concertem esforços para que, neste momento único da sua história, o país possa eficazmente enfrentar os desafios com que se depara e aproveitar sagazmente as oportunidades que se lhe oferecem na construção de um futuro brilhante de paz, estabilidade e prosperidade.

21 de Maio de 2002

NOTAS

¹Embora quer o Presidente Bush quer o Conselho Europeu tenham prometido recentemente um aumento dos seus níveis de Ajuda Pública do Desenvolvimento (actualmente à volta de 0,1 por cento dos seus PNB), a recente Cimeira de Monterrey sobre o Financiamento ao Desenvolvimento continuou a apelar aos países desenvolvidos para que atinjam as metas (0,7 por cento para os Países em Vias de Desenvolvimento e 0,15-0,2 por cento para os Países Menos Desenvolvidos) por eles acordadas em 2001 e para que diminuam os níveis de condicionamento da ajuda aos PMD.

² Essas percepções poderão encontrar algum suporte, ressaltando as limitações explicativas que lhe podem ser atribuídas, no estudo econométrico de Maurice Schiff («South-North Migration & Trade: A Survey», World Bank Working Paper 1696, 12/1996), segundo o qual abrir mercados no Norte e fornecer investimento estrangeiro e ajuda externa aos países do Sul é mais passível de diminuir a imigração da Europa do Leste para a UE do que da África para a UE ou da América Latina para os EUA.

³ Neste domínio, ver Bates R., «Macropolitical theory in the field of development», in Alt J. & Shepsle K., eds., *Perspectives on Positive Political Economy* (Cambridge, Cambridge UP, 1990), Persson T. & Tabellini G., *Macroeconomic Policy, Credibility & Politics* (Harwood, 1991) e Sachs J. & Warner A., «Economic Reform and the Process of Global Integration», in Brainard W. & Perry G. eds. (The Brookings Institution, Washington DC, 1995).

⁴ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, da qual Angola assumirá a presidência a partir de Agosto próximo. São membros da SADC: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo (RDC), Sicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

⁵ Através de medidas tais como o equilíbrio da balança de pagamentos, o saneamento das finanças públicas e o controlo da inflação. Em relação a estas metas, segundo o FMI, embora a inflação tenha diminuído de 268 por cento em 2000 para 116 por cento em 2001, o Governo não conseguiu atingir a meta de 75 por cento; a posição fiscal continua afectada por altos níveis de endividamento e impostos atrasados; a situação orçamental deteriorou-se seriamente desde o último trimestre de 2001, tendo o Governo usado quase todos os seus depósitos no banco central e este, por sua vez, perdido cerca de metade das suas reservas externas («Preliminary Conclusions of the IMF mission», Fevereiro, 2002).

⁶ Tais como a desvalorização da moeda, a supressão de subvenções aos produtos de grande consumo e a privatização das empresas estatais. Entre alguns sucessos do Governo contam-se a estabilização da moeda e a criação de um Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES) para a concessão de créditos até 500 000 dólares a pequenos empresários. No entanto, o programa de privatizações continua negativamente afectado pela descapitalização da maior parte das empresas postas no mercado e pelo aumento do preço dos combustíveis, como resultado da exigência do FMI no sentido da eliminação de todos os subsídios estatais à Sonangol.

⁷ Tais como a política comercial, a liberalização dos fluxos financeiros, a política de emprego e as reformas administrativa e institucional.

⁸ Segundo dados do Banco Mundial, o montante da ajuda pública per capita a Angola declinou de 40,5 dólares em 1996 para 23,3 dólares em 2000. Entre 1995 e 2000, no entanto, o banco disponibilizou ao Governo angolano consideráveis recursos para os seus programas sociais, através dos Fundos de Apoio Social e Recuperação Social Pós-Conflito. A estes há que acrescentar as contribuições das várias agências da ONU e de uma multiplicidade de ONG internacionais. Por outro lado, graças sobretudo aos seus recursos petrolíferos, Angola tem consistentemente atraído a maior fatia de investimento directo estrangeiro dos últimos anos na África Austral (ver, por exemplo, Morisset J., «Foreign direct investment in Africa: policies also matter», World Bank Policy Research Working Papers, 11/2000, e «UN Integrated Regional Information Networks», 23/04/02). Basta, no entanto, dar uma volta por Luanda e arredores para se descobrir nos olhos dos «meninos de rua», das «catorzinhas» e dos mutilados de guerra quão longe ainda se está de resultados visíveis da aplicação desses recursos.

⁹ No seu plano de paz divulgado em Março último, o Governo angolano refere que «tem em preparação um programa de emergência para apoiar a reintegração social e reassentamento de quatro milhões de deslocados, o enquadramento social de 150 mil soldados desmobilizados, a reinserção de 100 mil mutilados e o acolhimento de 50 mil crianças órfãs de guerra» e «(...) reitera o seu apelo aos doadores nacionais e internacionais no sentido de mobilizarem os recursos para apoiar o referido programa» (Presidência da República de Angola, Luanda, 13/03/02). Por seu lado, o representante do PNUD em Angola, Eric de Mul, expressou recentemente sérias dúvidas quanto à possibilidade de a comunidade internacional doar, sem fortes condicionalismos, os cerca de 70-75 milhões de dólares necessários à consecução do seu plano de contingência. Embora conclua num tom de moderado optimismo («I think in the end it's going to work, but it's going to take much more time than everybody thinks at this point, and... hopes. I think the possibility of the war beginning again are close to zero»), Mul afirma que «(...) certainly in the case of Angola [there is] a kind of donor fatigue in the extreme... donors have had, especially in the last couple of years, rising expectations of what the government should be able to do in reaching out to its own population. So far they have been very disappointed» (ver UNIRIN, allAfrica.com, 10/05/02).

¹⁰ Durante a década 1990-2000, o petróleo contribuiu em média para 90 por cento das receitas de exportação e o comércio legal de diamantes para cerca de dez por cento, enquanto os produtos manufacturados contribuíram com pouco mais de um por cento daquelas receitas. Por outro lado, enquanto os índices de preços de exportação e de importação verificaram evoluções favoráveis durante a década, a taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* declinou de 0,6 durante a década de 80 para -1,8 na década de 90. De 1990 a 2000, a contribuição da agricultura para o PIB declinou de 17,9 por cento para 5,7 por cento, a da Indústria Manufactureira de 5 por cento para 2,9 por cento e a dos serviços de 41,4 por cento para 18,2 por cento, enquanto o consumo privado diminuiu de 39,7 por cento para 16,5 por cento, mantendo níveis substancialmente inferiores aos do consumo público (24,1 por cento contra 46.5% em 1999). (Valores calculados a partir de dados do Banco Mundial, 2001).

¹¹ «Dutch Disease» é um fenómeno caracterizado por uma excessiva concentração de recursos humanos e financeiros num único sector económico, daí resultando uma série de efeitos secundários perniciosos, tais como uma extremamente limitada base fiscal e consequentes altos níveis de inflação e endividamento externo (resultado de uma percepção exagerada da riqueza realmente existente). A doença é, compreensivelmente, particularmente devastadora quando associada à corrupção e à guerra, que se constituem em barreiras ao desenvolvimento de actividades produtivas de longo prazo noutros sectores. Para um detalhado relatório estatístico e análise do caso angolano, ver «A Crude Awakening», Global Witness, Londres 2000 (www.oneworld.org/globalwitness).

¹² A este respeito há a registar alguns desenvolvimentos encorajadores nos últimos meses, tais como o início da discussão dos processos de Revisão constitucional e descentralização governativa e a tentativa de definição do papel das autoridades tradicionais. Ver *Angolense* (23-30 de Março, 2002) e *Jornal de Angola* (20 de Março, 2002).

¹³ Qualquer destes atributos pode ser, legitimamente, reivindicado pelos vários sectores da activa sociedade civil angolana. É, no entanto, aconselhável que se exerça autovigilância por forma a evitar que eles se tornem demasiado vulneráveis às tentações do que se poderá chamar «mercado de influências privadas», ou que evoluam segundo um *modus operandi* que os defina, cinicamente, como «aqueles grupos que ubiquamente praticam todas as artes políticas, menos concorrer a eleições». Para uma apreciação crítica do conceito de sociedade civil, ver John Grimond, «Civil Society», *The Economist* (The World in 2002).

¹⁴ Embora ainda se coloquem algumas questões pertinentes, quer quanto à qualidade de alguns dos novos títulos quer, mais fundamentalmente, quanto aos limites práticos impostos a uma efectiva liberdade de imprensa (ver *Angolense*, 23-30/03/02, p. 3 e *Folha 8*, 09/03/02, pg. 21), é inegavelmente salutar a existência de um número satisfatório de concorrentes privados ao oficioso *Jornal de Angola*.

¹⁵ Para uma discussão alargada das questões aqui implícitas, ver especialmente Bhagwati J., «Regionalism and Multilateralism: an overview'», De Melo J., Panagariya A. & Rodrick D., «The New Regionalism: a country perspective», Irwin D., «Multilateral and bilateral trade policies in the world trade system: an historical perspective» e Krugman P., «Regionalism vs. multilateralism: analytical notes», in De Melo, Panagariya & Rodrick (eds.), *ob. cit.*

¹⁶ O conceito de «globalização», na medida em que pode conter significados diferentes em contextos diferentes, é aqui entendido como uma extensão do sentido estrito que decorre da teoria ortodoxa (pura) do comércio internacional, i.e., a livre troca é vantajosa para todos os países se se basear nas respectivas vantagens comparativas em termos de custos dos factores de produção (essencialmente capital e trabalho). Há, no entanto, que prestar particular atenção às limitações que essa teoria apresenta à explicação, em termos históricos e político-institucionais, dos mecanismos de formação (e distorção) de preços nos mercados internacionais, de salários, de padrões de comércio e de fluxos migratórios e de capital. A este respeito, ver Feenstra R. (National Bureau of Economic Research, NBER, USA, Program Report 2000/01) e, especialmente, North D., *Institutions, Institutional Change & Economic Performance* (Cambridge, Cambridge UP, 1990) e «The New Institutional Economics & Third World Development», in Harriss J., Hunter J. & Lewis C., eds. (London, Routledge, 1995).

¹⁷ Ver, por exemplo, Oyejide T., Elbadawi I., Collier P. & Yeo S., eds., *Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa*, Vols. I & III (Macmillan, 1999).

¹⁸ Para estudos de avaliação, ver, por exemplo, Lyakurwa W., «A Regional Case-Study of SADC», in Oyejide *et al.*, eds., *ob. cit.*, Vol. III (1999), Evans D., «Options for Regional Integration in Southern Africa» (Institute of Development Studies, Working Paper 94, Sussex, 1999), Bussolo M., «Regional or Multilateral Agreements? An evaluation of Southern Africa Trade Policy Scenarios» (Overseas Development Institute, Discussion Paper 17, 2000) e Lewis J., Robinson S. & Thierfelder K., «After the Negotiations: Assessing the Impact of Free Trade Agreements in Southern Africa» (International Food Policy Research Institute, Washington, 1999).

¹⁹ Ver, por exemplo, Harries P., «Kinship, Ideology & the Nature of Pre-Colonial Labour Migration» (in Marks S. & Rathbone R., eds., *Industrialisation and Social Change in Southern Africa*, 1982), Trapido S., «South Africa as a Comparative Study of Industrialization» (in *Journal of Development Studies*, 7, 1971), Crush J., Jeeves^a & Yudelman D., *South Africa's Labour Empire – A History of Black Migrancy to the Gold Mines* (Oxford, Westview Press, 1991), Blumenfeld J., *Economic Interdependence in Southern Africa: From Conflict to Cooperation?* (London, Royal Institute of International Affairs, 1991), Lipton M., *Capitalism and Apartheid: South Africa, 1910-1986* (Hounslow, Maurice Temple Smith, 1985); Lowenberg A. & Kaempfer W., *The Origins and Demise of South African Apartheid: a Public Choice Analysis* (1998), Arrighi G., «Labour Supplies in Historical Perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia» (*Journal of Development Studies*, 3, 1970) e Katzenellenbogen S., *South Africa and Southern Mozambique: Labour, Railways and Trade in the Making of a Relationship* (Manchester, Manchester UP, 1982).

²⁰ Ver, por exemplo, Foroutan F., *ob. cit.*, e Weggoro N., *Effects of Regional Economic Integration in Southern Africa and the Role of the Republic of South Africa: a study of project coordination approach in industry and trade in SADCC/SADC* (Berlim, 1995).

²¹ Durante a década de 80, a comunidade internacional concedeu mais de 100 mil milhões de dólares para o financiamento de projectos da então SADCC. Esses níveis viriam, no entanto, a declinar a partir da segunda metade da década de 90, com a abolição do *apartheid* e o desaparecimento da motivação política dos doadores (a ajuda à SADC era apresentada como uma «alternativa positiva» à aplicação de sanções económicas a Pretória). Ver, a este respeito, Foroutan F., «Regional Integration in Sub-Saharan Africa: past experience and future prospects», in De Melo, Panagariya & Rodrick (eds.), *New Dimensions in Regional Integration* (Cambridge, Cambridge UP, 1993, 249-50).

²² Para uma discussão mais aprofundada desta questão, ver, por exemplo, Grief A., «Contracting, Enforcement, and Efficiency: Economics beyond the Law», *Annual World Bank Conference on Development Economics* (Washington, 1997, 481:510) e «Microtheory and Recent Developments in the Study of Economic Institutions through Economic History», in Kreps D. & Wallis K. (eds.), *Advances in Economics and Econometrics*, Vol. 2 (Cambridge, Cambridge UP, 1997).

²³ Apesar das suas enormes potencialidades, note-se, por um lado, o facto de a SADC, apesar de ter aumentado a sua taxa de crescimento anual de 1,8 por cento em 1999 para 3,4 por cento em 2000, ainda estar bastante aquém dos 6 por cento necessários para a eliminação da pobreza extrema até 2015 e, por outro lado, as projecções do Banco Mundial para os países da África Austral quanto ao cumprimento (salvo os casos em que não há estatísticas disponíveis, nomeadamente Angola) dos «Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio» (até ao ano 2015): Má Nutrição Infantil – possivelmente só Moçambique e Zâmbia; Finalização de Educação Primária: provavelmente só Namíbia, Botswana, Zimbabwe e Malawi; Igualdade de Género no Acesso à Educação – provavelmente Namíbia, Botswana, Zimbabwe, África do Sul e Tanzânia e possivelmente RDC e Zâmbia; Mortalidade Infantil – possivelmente só Tanzânia; Mortalidade Materna – nenhum dos países; Prevalência de HIV/sida – nenhum dos países, considerando taxas de infecção entre 20 e 30 por cento da população em alguns países, especialmente a África do Sul e o Botswana. De notar que Angola apresenta os níveis de incidência de HIV/sida mais baixos da região, 2,72 por cento (*World Bank Development Indicators*, 2002).

²⁴ Para a determinação dos mecanismos de compensação, os diferenciais de grau de industrialização entre os parceiros e a sua participação no total de comércio intragrupo são mais importantes que os níveis de PNB *per capita* na medida em que os imediatos ganhos e perdas decorrentes da integração para um país são proporcionais à sua parcela no total de importações e exportações com o resto do grupo. Em termos de percentagem da indústria no PIB, a África do Sul e as Maurícias apresentam-se como os países mais industrializados da região. Os países com maior percentagem média de comércio intra-regional são a Suazilândia, o Lesoto, o Zimbabwe, a Namíbia, o Botswana e a África do Sul. Angola apresenta uma média de exportações para a região de 0,1 por cento, contra a média regional de 21 por cento e uma média de importações de 13,8 por cento, contra a média regional de 26 por cento. Na SADC, em 2000, os valores do PNB *per capita* variaram entre um máximo de \$3,300 no Botswana e um mínimo de \$170 no Malawi, com Angola apresentando-se em penúltimo lugar com \$290, enquanto se desconhece o valor para a RDC.

²⁵ A inexistência de tais mecanismos na maior parte das experiências de integração em África explica parcialmente o seu fracasso, devido à maior parte do comércio regional, lá onde existe, ser interindústria (em contraste com a crescente tendência para o

comércio intra-indústria nos países desenvolvidos) e aos elevados custos de ajustamento associados a mudanças de especialização neste tipo de comércio.

²⁶ Dados do *Economist Intelligence Unit*, Abril de 2002.

²⁷ Uma das poucas vantagens comparativas de que Angola dispõe imediatamente, para além de alguns projectos, ainda em fase embrionária, no sector petrolífero.

²⁸ Dentre os 14 membros da SADC, Angola, a RDC e as Seicheles constituem os únicos países que ainda não ratificaram o Protocolo de Comércio.

²⁹ Um dos princípios mais importantes do Protocolo de Comércio é o da «liberalização assimétrica», que oferece aos países de menor rendimento um prazo mais longo para a redução de tarifas do que aos países de maior rendimento. Associada a este princípio, há também uma categorização de produtos que permite o escalonamento do processo de liberalização por forma a que os países protejam, ou reajustem, as suas indústrias sensíveis. O Protocolo também permite períodos de isenção para países que, como Angola, estejam a atravessar crises estruturais profundas.

³⁰ Note-se que a SADC concluiu nos últimos anos alguns importantes acordos de cooperação com os seus parceiros tradicionais, nomeadamente os países nórdicos e os EUA, enquanto a UE decidiu abrir unilateralmente os seus mercados a alguns países da região sob a sua iniciativa «Tudo Menos Armas».

³¹ Para um modelo de «escolha racional» explicativo da forte correlação entre a presença de abundantes recursos naturais e conflitos armados, ver Collier P. & Hoeffler A., «Greed and Grievance in Civil War», World Bank Working Paper 2355, 2000.